

ENTREVISTA

Ana Paula Vescovi

“Pensávamos que tínhamos ficado ricos e começamos a atuar como tal”

— Secretária da Fazenda defende mudança na pedagogia dos gastos públicos passando a ter um comportamento de pobre. Ana Paula tem pronto um plano de ajuste estrutural para o Estado e vai tirá-lo do papel

BEATRIZ SEIXAS
bseixas@redgazeta.com.br

Mudança de cultura e de comportamento nos gastos públicos e na condução do ajuste fiscal. Esta é a máxima defendida pela secretária de Estado da Fazenda, Ana Paula Vescovi, que sustenta que a sociedade e os órgãos governamentais devem encarar de forma implacável a busca pelo equilíbrio das contas. Para ela, por muito tempo o Estado se comportou como rico, mesmo estando longe dessa realidade. A chefe da pasta diz que o Brasil precisa seguir o exemplo de países desenvolvidos, que lidam com suas finanças passando bem longe de qualquer tipo de luxo. Em entrevista para A GAZETA, concedida na quinta-feira, portanto antes da queda de Joaquim Levy, Ana Paula adiantou medidas estruturais que vão ser adotadas ao longo dos próximos anos para alcançar um caixa sustentável e alavancar o desenvolvimento. Confira:

O que esperar de 2016?

Todos os fatos indicam que 2016 vai ser um ano de muitas instabilidades também. Instabilidades políticas, que se acirram bastante nos últimos meses e semanas, e com reflexos sobre a economia. Se iniciamos o ano de 2015, esperando uma recessão cíclica acentuada hoje nós entramos em 2016 com fortes indícios que estamos diante de um processo de contração da economia brasileira que não é mais cíclico. A economia está em contração e ainda não encontrou o caminho da recuperação.

Como o Estado vai se alinhar dentro dessa conjuntura?

A contabilidade do Estado é fidedigna à sua condição de resultados gerados a partir de receitas e despesas. Alcançamos isso em 2015, cumprimos todos os nossos compromissos. Talvez sejamos um dos poucos Estados da federação, ao final de 2015, que tenha feito isso. E, em 2016, vamos refazer

esse compromisso. O nosso foco é que continuar organizados, pagando todas as contas, honrando os nossos compromissos com nossos servidores, com os fornecedores, mantendo em ordem as contas.

O orçamento do Estado foi feito desde agosto e pensado desde o início do ano. Em setembro, foi apresentado à Assembleia, que o aprovou. Mas de setembro pra cá o Brasil perdeu o grau de investimento e os índices econômicos se deterioraram. Esse orçamento vai ter como ser colocado em prática ou terá de ser ajustado?

Passaremos por essa fase de reavaliar o processo orçamentário de 2016 quando editarmos o decreto de abertura de exercício, em janeiro. Essa avaliação será feita com o orçamento que foi aprovado, se forem necessárias adequações à peça orçamentária, elas serão feitas. Tiramos o paciente da UTI em 2015, agora precisamos prescrever um tratamento tal que ele volte a ter uma vida saudável. Para que ele não volte a ficar doente, e muito menos que volte à UTI. Fizemos um ajuste emergencial com os instrumentos que tínhamos no período de transição do governo, e termos empreendido isso no primeiro dia de governo foi fundamental para fechar as contas do ano. Se nós conseguimos fazer um ajuste nas contas em 2015, agora precisamos empreender um plano que estou chamando de um ajuste estrutural do Estado.

Do que se trata esse ajuste estrutural?

O primeiro ponto é que temos algumas questões cruciais do lado da despesa que precisam ser enfrentadas. Primeiro lugar é a Previdência. Em 2015, os contribuintes e cidadãos do Estado tiveram que aportar R\$ 1,5 bilhão na Previdência dos servidores para cobrir o desequilíbrio entre contribuições e benefícios. Enquanto isso os investimentos ficaram em R\$ 150 milhões. E esse valor vai crescer até 2023, acima do

“

O país precisa entender que temos que ter um gasto mais alinhado com interesse social e menos alinhado com interesse corporativo”

crescimento das receitas do Estado. Nós precisamos empreender ações para enfrentar isso. Reforma da Previdência já está sendo discutida e o Brasil não vai conseguir caminhar sem ela.

O que mais o Estado está preparando dentro desse ajuste?

Estamos trabalhando na questão de fundos de poupança. Isso é importante porque fundos têm um contraponto: o investimento. Estamos estruturando o Fundo Garantidor de Parcerias Público Privadas (PPP). Estruturando de forma a colher ativos de maior liquidez do Estado, como ações da Cesan, ações do Banestes, por exemplo, e poupando os recursos do Tesouro, que estão escassos. É um fundo que o Estado tem que ter para a garantia desses contratos. As empresas que queiram ser nossas parcerias em projetos de PPP poderão captar recursos no mercado financeiro para esses investimentos a um custo mais baixo. Elas se financiam mais barato. A PPP fica mais barata e o retorno social fica maior.

Há outras ações?

Estamos empreendendo estudos para a criação de um fundo de investimentos para o Estado baseado em alguns recebíveis a partir da Lei Kandir, dando capacidade de inserirmos nesse fundo os créditos acumulados à exportação. Esse fundo seria um alavancador de recursos privados. Para que você dê aos investidores acesso a esses recursos, eles teriam que emitir debêntures para os investimentos que queiram fazer, então você alavanca com debêntures privadas. Isso permite uma carteira de projetos bem estruturada, porque tem que ter investimentos com retorno mensurável e um gestor privado para gerenciar essa carteira. A ideia é financiar principalmente infraestrutura.

Existe algum tipo de discussão para facilitar a vida do empreendedor, para

ROMERO MENDONÇA/SECOM



O PLANO VESCOVI

▼ Previdência

▼ Estudo da Previdência para implementação de mudanças na legislação sobre concessão de pensões e aperfeiçoamentos na lei. Plano de longo prazo para enfrentamento da evolução demográfica do quadro de servidores.

▼ Fundos de poupança

▼ Constituição de fundos de garantia de PPPs e outras participações de capital.
▼ Aperfeiçoar a regulação para aplicação dos recursos disponíveis para investimentos diretos no Estado. Geração de recebíveis para a constituição de um fundo de investimentos em infraestrutura.

▼ Promoção do investimento

▼ Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos provenientes de operações de crédito.

▼ Estabelecer programa estadual de concessões e parcerias público privado.

▼ Gestão de ativos

▼ Otimizar a estrutura de capital das companhias e empresas estaduais para permitir maior participação do setor privado.

▼ Acelerar a conclusão dos processos de liquidações já em curso de empresas estaduais.

▼ Ativos imobilizados

▼ Formatação de um programa de gestão de ativos estaduais, a partir do levantamento de valores de mercado e do potencial de utilização de bens imóveis.

▼ Ativos tributários

▼ Desenvolvimento de um sistema integrado de gestão dos ativos e contenciosos tributários e promoção de instrumentos mais adequados à recuperação judicial e extrajudicial de dívidas tributárias (penhora de faturamento, notação de bens, etc).

▼ Gestão de passivos

▼ Melhoria do perfil do endividamento. Aplicação da troca dos indexadores da dívida refinanciada com a União, a partir de janeiro de 2016.

▼ Créditos acumulados à exportação. A acumulação de créditos à exportação no ICMS precisa cessar. Uma forma de atacar o problema, independentemente das ações federais envolvendo a reforma do ICMS, é alterar a alíquota interestadual para um valor muito baixo (1%, por exemplo), por meio de uma resolução do Senado.

▼ Mudança estrutural no gasto corrente

▼ Reedição do Comitê de controle e Contenção de Gastos.
▼ Substituição em larga escala de serviços presenciais por serviços digitais.
▼ Autonomia financeira das autarquias com receitas próprias.
▼ Política de gestão de pessoas com incentivos à meritocracia e alinhada a resultados sociais.

▼ Ambiente de negócios

▼ Concessão simplificada de inscrição estadual.
▼ Simplificação das obrigações acessórias
▼ Revisão e Aperfeiçoamento da Legislação de Penalidades Tributárias do ICMS.
▼ Simplificação do registro e da legalização de empresas.

▼ Fortalecimento receita própria

▼ Reformulação do modelo de gestão de contenciosos, do processo administrativo fiscal do Estado.

▼ Gestão das receitas tributárias e não tributárias.

▼ Revisão de normas e da concessão de incentivos.

desburocratizar processos?

Temos um projeto que se chama Ambiente de Negócios. Ele tem várias dimensões. A questão da redução da burocracia na abertura e no fechamento de negócios é uma delas. E isso diz respeito à integração de ações dentro da Junta Comercial, com municípios, agências reguladoras estaduais, Corpo de Bombeiros. Queremos facilitar a abertura e fechamento de firmas na Junta Comercial. A gente quer chegar a um prazo dentro da Junta de dois dias para que se abra uma empresa. Além disso, estamos revendo toda a lei de multas e penalidades. Essas multas serão por graduação de reincidência. Quando falamos de projeto de ambiente de negócios, falamos também da importância de mudança cultural dentro dos órgãos. O ambiente de negócios está na linha de tornar o Estado mais leve e eficiente.

Dentro dessa linha de reestruturações, há previsão de novos cortes nos gastos?

Vamos persistir na contenção de gastos. Toda a regulação que foi editada em 2015 vai ser reeditada. O Estado tem que mudar a sua pedagogia de gastos. Pensávamos que tínhamos ficado ricos, começamos a atuar como tal antes de ficarmos ricos. Acabou! Isso não era nem para ter existido. Temos que atuar como pobres. Nos países desenvolvidos, os órgãos públicos atuam de forma muito simples, muito despojada de qualquer luxo. Temos que colocar essa pedagogia, realizar essa mudança cultural.

Como fazer isso?

Despesas supérfluas persistem suspensas. Eu brinco que estão suspensos os estrangeirismos: coffee breaks, workshops, além de viagens, congressos e seminários. O Estado tem que atuar de uma forma

simples e despojada. A gordura cortamos em 2015, mas agora precisamos dotar os gestores de novos instrumentos, novas tecnologias. Por exemplo, com eficiência energética nos prédios públicos, formas de monitorar a frota e constituição de condomínios nos prédios onde temos vários órgãos para que possamos ter despesas equacionadas.

O Estado corre o risco de atrasar pagamento de servidores?

Os servidores estaduais podem contar com o nosso compromisso, nosso esforço para que isso não aconteça.

O governo avalia aumentar impostos para ajudar no equilíbrio das contas?

Um dos compromissos que a gente fez foi não aumentar impostos. E estamos cumprindo, e isso serve para 2016.

Quanto o cenário se agrava e impacta o Estado com possibilidade de impeachment e ano eleitoral em 2016?

A instabilidade política está travando a possibilidade de fazermos o ajuste. Mas vejo uma coisa antes disso, acho que nós brasileiros temos que estar mais convencidos da necessidade de ajuste das contas públicas. Se nós conseguirmos empreender esse ajuste e recuperarmos a confiança no Brasil, a recuperação vem muito rápida, em seis meses no máximo o Brasil volta a crescer. O problema é que essa agenda de recuperação de confiança não é trivial. Precisamos repensar várias situações no Brasil e que dizem respeito ao gasto público. O país precisa entender que temos que ter um gasto mais alinhado com interesse social e menos alinhado com interesse corporativo.

“

Se conseguirmos empreender o ajuste e retomarmos a confiança no Brasil, a recuperação vem muito rápido, em seis meses no máximo o país volta a crescer”